

HABEAS CORPUS Nº 514.429 - AM (2019/0163510-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : VILSON GOMES BENAYON FILHO
ADVOGADO : VILSON GOMES BENAYON FILHO - AM004820
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PACIENTE : S J N DE L (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de S. J. N. DE L. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas no julgamento do HC n.º 4000582-80.2019.8.04.0000.

Informa o Impetrante que o Paciente foi condenado, pela prática do delito tipificado no art. 217-A, à pena de 20 (vinte) anos de reclusão e que, "[...]inconformado com essa decisão que condenou o Paciente, protocolou, no dia 11 de fevereiro de 2019, Ordem de Habeas com Pedido Liminar, apontando como autoridade coatora o Juízo da 1º Vara da Criança, Adolescente e Idosos, com o objetivo de anular a sentença condenatória por cerceamento do direito de defesa, em razão da ausência de intimação do Paciente para nomear advogado de sua confiança" (fls. 12-13).

Notícia, ainda, que o Sentenciado interpôs apelação, que foi desprovida (fl. 12)

Posteriormente, consta dos autos que a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, a fim de pleitear a nulidade absoluta do processo ao argumento de cerceamento de defesa. No entanto, o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas denegou a ordem nos termos da ementa a seguir transcrita (fl. 66):

"HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. UTILIZAÇÃO DE HABEAS CORPUS EM SUBSTITUIÇÃO A AÇÃO CONSTITUTIVA DE REVISÃO CRIMINAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DO STF. PRETENSÃO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO PROCESSO. ALEGADA

AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO ACUSADO. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. ORDEM DENEGADA.

No âmbito do Processo Penal, não se deve declarar nulidade quando não resultar prejuízo comprovado para a parte que a alega (arts. 563 e 565 do Código de Processo Penal e Súmula 563/STF).

O Supremo Tribunal Federal expressa o entendimento de que o princípio geral norteador das nulidades em Processo Penal - pas de nullité sans grief - é igualmente aplicável em casos de nulidade absoluta (Precedente Supremo Tribunal Federal) No caso concreto, foram respeitados os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, com citação regular, interrogatório na presença do advogado, apresentação de defesa prévia e alegações finais, intimação da sentença condenatória, interposição de recurso de Apelação, inexistindo razão para a alegação de nulidade.

Ordem denegada."

Neste writ, o Impetrante sustenta, em síntese, que o Paciente sofre constrangimento ilegal, porque "a ausência de intimação do réu para constituir novo advogado é causa de nulidade absoluta do processo, mesmo indicando a Defensoria Pública sem anuência da parte" (fl. 4).

Aduz que "o Paciente está preso desde o dia 29 de janeiro de 2019, passando as maiores privações de sua vida, sendo agredido, torturado, se encontrando no seguro do Centro de Detenção Provisória de Manaus, por ter sido condenado em um processo totalmente ilegal e desprovido de legalidade e sem direito a defesa de sua confiança" (fl. 30).

Afirma, ainda, que o Paciente é primário e possui residência fixa no distrito da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória ao Paciente.

É o relatório.

Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido diante da instrução deficitária do writ. A Parte Impetrante não acostou aos autos documentos imprescindíveis à análise do pedido de liberdade provisória ao Paciente, quais sejam, a sentença condenatória e o acórdão do julgamento da apelação.

Como se sabe, **compet**e à Defesa narrar e instruir completa e

adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso) – v.g. STJ, HC 245.430/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 28/02/2013.

Dessa forma, como o Impetrante não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora